



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Catar pitangas

A minha fruta preferida, ou melhor, uma das minhas frutas preferidas é a pitanga, essa preciosidade brasileira, nativa da Mata Atlântica. Gosto de olhar, de catar e de comer a frutinha vermelha. Existem muitas pitangueiras espalhadas pelas superquadras.

Já catei muito quando morava no Plano Piloto e, agora, cato no quintal de minha casa em uma árvore do condomínio onde moro. É muito diferente colher frutas das árvores e comprar no supermercado. Ao catar nas árvores, a

sensação é de ser alvo de uma dádiva.

O maestro Levino Alcântara conta uma história insólita sobre a sede da Escola de Música de Brasília. No fim da década de 1960, ele passava pela L2 Sul, avistou um terreno amplo e bateu-lhe uma intuição fulminante: “É muito bom para a Escola de Música, vou invadir”. E, para tomar posse, lembrou-se do Recife e resolveu demarcar o território plantando mudas de pitangas.

Em frente, ele improvisou uma placa com a indicação: “Escola de Música de Brasília”. Muitas décadas depois, perguntei ao maestro como pensava a questão da legalidade do seu ato e ele me respondeu, bem-humorado: “Eu não invadi para mim. Invadi para a música e para a cultura de Brasília. Invadi para o próprio governo”. Eram

tempos de faroeste caboclo, mas, graças à audácia e ao amor à cultura de Levino, temos a Escola de Música de Brasília.

Pouco antes da pandemia, minha vizinha resolveu construir uma casa, no terreno ao lado. Havia diversas árvores frutíferas no limite dos dois lotes e decidimos, de comum acordo, cortar algumas, pois impediam a construção de um muro. Tentei explicar a situação a meus dois netos, Aurora, então com 8 anos, e Judá, de 4. A princípio, imaginei que entenderam, mas quando viram a ação devastadora da motosserra, ficaram indignados.

Olhavam a cena aflitos, com os olhos grudados na porta de vidro. A certa altura dos acontecimentos, Aurora me procurou e pediu o celular emprestado. Perguntei para que e ela respondeu:

“Vou ligar para o 190 e chamar a polícia”. Para uma criança, derrubar uma árvore é sempre um crime, não importa a razão.

Mas o fato é que a pitangueira ficou em uma área do nosso lado e foi poupada. Ela deixou de produzir frutos durante um período. Não sei se por causa da poda nas outras árvores e do arejamento para receber os raios do sol, voltou com fulgor e com uma safra renovada de frutinhas vermelhas. Aurora e Judá fizeram uma festa, é algo inesquecível para uma criança.

A poeta gaúcha-brasiliense Maria Lúcia Verdi fez um lindo poema para celebrar o ato prosaico de apreciar pitangas. O poema contempla, a um só tempo, os prazeres de ver, de colher e de degustar as frutinhas vermelhas. Sigamos

a trilha de Verdi: “Catar pitangas, mais que colher/ catar primeiro com o olhar/ o tom certo do maduro/buscar a que se desprenderá ao mais leve toque, quase sopra/não ser enganado pela luz – a madureza, às vezes/ questão de ângulo”.

Verdi ritualiza o ato trivial com uma atenção, uma concentração e uma delicadeza que intensificam e multiplicam o prazer sensorial com as frutinhas vermelhas. Ela quase que insinua uma arte de escolher, catar e de degustar as pitangas: “Buscar o rubi pleno, a forma já plena/ apenas as que se soltam/ desmaiadas entre os dedos leves/ estão prontas para a boca/ a língua, o nem mastigar/ mantê-las na boca por algum tempo, ainda que brevíssimo/ catar pitangas como aas catadores de chá na China/ as infinitamente delicadas”.

PONTO A PONTO

POR UMA COMUNICAÇÃO MAIS INCLUSIVA

» LUIZ FELLIPE ALVES*

A jornalista e pesquisadora Mídia Noelle foi a convidada desta quarta-feira do *Podcast do Correio*. Ela é autora do livro *Comunicação Antirracista: um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares*, lançado ontem, em Brasília. As jornalistas Rosane Garcia e Adriana Bernades, Mídia falou sobre a forma como a educação racial pode ser abordada pela sociedade e trouxe reflexões e práticas para construir uma comunicação mais inclusiva e livre de preconceitos. Confira, a seguir, os principais pontos do podcast.

LEGADO

O livro, dividido em oito capítulos, é indicado para qualquer pessoa a partir da adolescência. O primeiro capítulo aborda a comunicação como um legado familiar inspirado na minha vivência. Meu pai e minha mãe eram cinegrafistas e fotógrafos. Então, cresci com pessoas fazendo revelação de filmes em casa e a comunicação se apresentou como algo bastante familiar.

Costumo dizer que, entender o racismo é um caminho sem volta. Eu me lembro que quando comecei na produção do *Jornal Correio* (Bahia) fazia um relatório para minha editora para distribuir as pautas durante o dia. A gente celebrava casos absurdos de violência como chacinhas, e muitos desses casos eram com pessoas negras e de bairros que eu morei.

Quando celebramos, naturalizamos esses casos absurdos no dia a dia. Eu não conseguia entender essa naturalização porque não tinha noção do que era o racismo. À medida que fui conhecendo movimentos sociais e fui lendo (escritoras) mulheres negras passei a entender mais o racismo. Foi um caminho sem volta.

É necessário que as pessoas brancas façam um autoestudo. Já que não conseguem escutar a gente, talvez consigam escutar os brancos que estão interessados na pauta. Quando pessoas brancas que são antirracistas existem, e elas pesquisam e conversam com sua população, aí a mudança pode ser mais possível.

COMUNICAÇÃO

A comunicação antirracista tem que ser antipunitivista, antiproibicionista e antipacifista. Por exemplo, quando a pauta é antipacifista, pessoas negras portadoras de deficiência são ignoradas. Não falam sobre uma pessoa negra “cadeirante” que mora em uma favela, que não tem acesso à sua casa e não ser que seja carregado. Outro exemplo é um profissional de segurança que pode julgar uma pessoa negra que esteja passando por alguma crise neurodivergente e julgar a pessoa como usuária de substâncias psicoativas.

É importante mostrar as pessoas negras pelas lentes das possibilidades e não somente pela lente da estigmatização e

Ed Alves CB/DA Press.



Mídia Noelle lança em Brasília o livro *Comunicação Antirracista: um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares. Para ela, é preciso discutir a estrutura da sociedade*

da marginalização. A t é por isso, também sou a favor do abolicionismo penal, ou seja, sou a favor de que as pessoas não sejam presas por conta do uso de substâncias. O Brasil está melhorando um pouco as políticas sobre drogas. Não tem como pensar e enfrentar o racismo sem pensar em parar de naturalizar os sistemas penais, que prendem, em maior, homens negros e pardos. Não tem como fazer uma comunicação antirracista querendo que se prenda mais gente.

Temos de entender que todo mundo tem lugar de fala a partir da sua realidade e da sua vivência. A forma como esse termo se popularizou não é de fato como a autora Djamilia Ribeiro definiu. Há uma diferença entre representatividade e lugar de fala. A gente tem o discurso a partir da observação e das estruturas que impactam mulheres negras na fala, mas não significa que uma mulher branca me representa. Uma mulher branca vai me representar enquanto mulher.

REFLEXÃO

É necessário fazer uma reflexão e lembrar que há 140 anos, duas ou três

gerações passadas, as pessoas negras eram vistas, no Brasil, como coisas, como objetos. Foram quase 400 anos de escravidão, de comercialização e de deslegitimação da população negra. Para construir uma sociedade antirracista não basta apenas construir políticas públicas, é necessário que elas sejam efetivadas. Por exemplo, a Lei nº 10.639 (que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na Educação) e a Lei nº 11.645 (que torna obrigatório o ensino da História da Cultura Afro-Indígena) não são efetivadas porque o racismo institucional é uma realidade.

Uma sociedade como a nossa, que é forjada no racismo, só vai ver uma mudança a partir da comunicação e de um processo de reconhecimento das semelhanças com o outro. Somente quando as pessoas tomarem a pauta para si vão reconhecer a importância dessa luta. Nada justifica que essas leis não sejam efetivas nas escolas mesmo tendo, à disposição, vários materiais produzidos sobre o assunto. Isso representa a perpetuação do racismo institucionalizado.

Tem um exemplo de um jornal na Bahia que noticiou a prisão de uma pessoa por venda de maconha em um bairro nobre (Corredor da Vitória) como “Empresário é preso por venda de maconha líquida”. Para esse jornal, ele não é um traficante porque não vendeu em um território estigmatizado. Não estou julgando o que ele estava fazendo, porque sou uma pessoa antiproibicionista. O que eu trago aqui é a forma como o jornal trouxe esse caso. Se fosse um rapaz de uma “quebrada”

ou de uma favela, será que ela seria um traficante ou um empresário para esse jornal? Com certeza seria traficante.

ESTIGMAS

A pobreza não gera violência, ela só passou a gerar violência quando atribuíram a pobreza ao povo negro. No Brasil, os negros não eram pobres, eles eram escravizados, eram tratados como objeto e não como cidadãos. E a pobreza passa a ser associada à população negra quando ela deixa de ser escravizada e é jogada à rua no 14 de maio, no pós-abolição. Eu costumo dizer que os imigrantes são os primeiros cotistas do Brasil. Eles chegaram ao país recebendo terras, condições de trabalho, continuaram com seus nomes e com as famílias. Eles tiveram investimentos sociais para construir suas vidas.

Recentemente a família do (ator) Bruno Gagliasso teve a filha atacada de forma racista por uma mulher em Portugal. Uma advogada negra entrou no caso e conseguiu que a mulher fosse condenada. Esse é um dos casos que só tem reconhecimento porque tem uma pessoa branca e famosa envolvida. O racismo é crime, isso é um fato. Isso tem que ser evidenciado, porque as pessoas, inclusive, nas plataformas digitais, podem disseminar muito ódio racial. Eu acho a lógica da prisão muito desumana, por isso apoio as leis alternativas. Mas por que as pessoas que cometem esse crime de ódio também não são presas?

Teve um caso de um funcionário público que foi acusado de racismo reverso. Isso é uma loucura. Não existe racismo reverso por causa do processo que o Brasil sofreu. Para ter racismo reverso no Brasil, a gente tinha que voltar no tempo e escravizar pessoas brancas. Não tem como agente dizer que pessoas brancas sofrem racismo. E nem temos como dizer que pessoas negras cometem racismo.

*Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho